

# A sacralização política por meio dos sentidos: as festas de 1448 na corte de Álvaro de Luna em Escalona

Political sacralization through the senses: the festivities of 1448 at the court of Álvaro de Luna in Escalona

La sacralización política a través de los sentidos: las fiestas de 1448 en la corte de Álvaro de Luna en Escalona

Scarlett Dantas de Sá Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo busca analisar como a ideologia aristocrática, durante o reinado de Juan II de Castela, era sacralizada por meio das festas nobiliárquicas. Tais celebrações seguiam um protocolo cerimonial e ritualístico marcado pela ostentação de trajes suntuosos, objetos de luxo, banquetes e atividades lúdicas. A análise aqui proposta se apoia nas contribuições tanto da Nova História Política quanto dos Estudos Sensoriais. Serão exploradas a pertinência dessas duas perspectivas para o estudo da cultura política medieval; as formas de sacralização política da aristocracia; e, por fim, a maneira como tais celebrações eram representadas na documentação da época. Esses pressupostos servirão de base para a interpretação das festas realizadas na corte de dom Álvaro de Luna (1390-1453) em Escalona no ano de 1448, conforme descritas na *Crónica de D. Álvaro de Luna, Condestable. Álvaro de Luna, Condestable de los Reynos de Castilla y León* de Gonzalo Chacón.

**Palavras-chave:** sacralização política; sensorialidade; aristocracia, festas medievais; Álvaro de Luna.

**Abstract:** This article seeks to analyze how aristocratic ideology, during the reign of Juan II of Castile, was sacralized through noble festivals. These celebrations followed a ceremonial and ritualistic protocol marked by ostentatious costumes, luxury objects, banquets and recreational activities. The analysis proposed here is based on the contributions of the New Political History and Sensory Studies. It will explore the relevance of these two perspectives for the study of medieval political culture; the forms of political sacralization of the aristocracy; and, finally, the way in which such celebrations were represented in the documentation of the time. These assumptions will serve as the basis for interpreting the festivities held at the court of Álvaro de Luna (1390-1453) in Escalona in 1448, as described in Gonzalo Chacón's *Crónica de D. Álvaro de Luna, Condestable. Álvaro de Luna, Condestable de los Reynos de Castilla y León*.

**Keywords:** political sacralization; sensoriality; aristocracy, medieval festivals; Álvaro de Luna.

Grand placer ovo el Maestre como sopo que el Rey é la Reyna se venían á la su villa de Escalona; é luego pensó de les ordenar grandes fiestas con que ovíessen píascer. E aquesto mandó el Maestre ordenar lo mas alta é magníficamente que pudo; porque el Rey entre tantos afanes e trabajos como cada dia rescebia, oviesse allí algund alegría é plascer (Gonzalo Chacón, 2010, p. 194).

É organizando seus homens e preparando seu palácio nos mínimos detalhes que Álvaro de Luna (1390-1453), condestável de Castela e mestre de Santiago, irá receber seu rei, Juan II de Castela (1405-1454), na vila de Escalona, em 1448. A nobreza do anfitrião e de seus convidados será exaltada, exibida e representada em festividades tipicamente nobiliárquicas, carregadas de imagens, cenas e ritmos sonoros que evocavam sensações e prazeres aos participantes do evento. Nesse episódio, assim como em outros acontecimentos narrados em sequência na *Crónica de D. Álvaro de Luna, Condestable de los Reynos de Castilla y León*, nota-se a existência de um modelo cerimonial e festivo muito dependente das experiências sensoriais. Tanto a descrição das grandes festas, entradas solenes, torneios e banquetes quanto a dos rituais mais cotidianos da vida de Álvaro de Luna evidenciam a estreita relação entre sua condição aristocrática e a necessidade de exibir costumes cortesões. Essa dimensão performática da nobreza articulava-se a uma concepção de *bem comum* vigente no século XV, segundo a qual o governo do reino deveria ser compartilhado entre o monarca e os aristocratas — ambos investidos da prerrogativa de intervir nos assuntos do reino e, sobretudo, de preservar a harmonia entre as partes do corpo social, visando à salvação de todos (Beceiro Pita, 2000, p. 49-50, 2002, p. 229-232; Coelho, 2018, p. 13, 18). Desse modo, o usufruto do ócio, das festas e da cultura cortesã fazia parte das atribuições simbólicas da aristocracia, da qual o rei e o condestável eram expoentes. Compreender essa relação político-cultural requer que esclareçamos alguns pontos de partida para a análise que será desenvolvida neste artigo.

O cruzamento entre as perspectivas política e cultural para a análise histórica de um mesmo objeto — não apenas um estudo que considere a dimensão racional (da ação política) juntamente com a dimensão “irracional” (sensações, sentimentos, sentidos), mas também a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade — vem sendo realizado de forma mais contundente na historiografia desde a década de 1980. Esse é o período em que as contribuições entre as Humanidades provocaram renovações importantes, que reverberaram no campo da História Cultural, da História Política e também dos Estudos Medievais. Se na década

de 1960 a disciplina histórica esteve preocupada com as massas e as estruturas, como é visto em esquemas da História Social, Econômica e das Mentalidades, a partir da década de 1980 ocorreu uma retomada das *práticas*. Os processos sociais deixaram de ser interpretados como autônomos ou como resultado de uma coletividade que agia apenas por forças estruturais e voltaram a ser analisados em relação à ação dos agentes (Revel, 2009, p. 119-120), levando à recuperação dos estudos em História Política. Entretanto, diferentemente da perspectiva “positivista” — superficial, elitista, individualista e factualista (Rémond, 1996, p. 18, 29) —, a “Nova História Política” é influenciada pelo paradigma culturalista e, por conseguinte, utiliza novos enfoques e explora objetos diferentes da política tradicional: trabalha com múltiplas durações, observa fenômenos muito além dos líderes políticos, rediscute conceitos clássicos e valoriza a interdisciplinaridade (Remond, 1996, p. 26). Mesmo quando essa proposta explora temas antigos da historiografia — como monarquia, elites e instituições em geral —, os analisa sob outras perspectivas, mobilizando as noções de ideologia, imaginário e simbologia, e buscando trabalhar a política também no nível do inconsciente, das representações, do comportamento, dos valores e dos discursos (Motta, 1996, p. 93). A categoria de “cultura política” (Berstein, 1998, p. 353), também importada das Ciências Sociais, possibilitou estudos sobre a política e o político (Rosanvallon, 2010, p. 73) na longa duração, contemplando temas que envolvem também a Psicologia, a Antropologia e a Sociologia.

Foi nessa esteira de renovação de abordagens e da investigação de novos temas que ocorreu aquilo que o antropólogo David Howes (2014, p. 11) denominou de “giro sensorial”. Embora já existissem estudos sensoriais pontuais anteriores à década de 1980 (Domínguez Ruiz; Ziri6n Quijano, 2017, p. 12), alguns trabalhos desse período foram fundamentais para o desenvolvimento do enfoque sensorial nas Humanidades. A Antropologia dos sentidos foi inspirada pelo “anti-visualismo” — e a vontade de explorar diferentes configurações das visões em culturas diferentes — e pelas críticas ao “verbocentrismo” e “textualismo” das sociedades analisadas, priorizando assim o “sentir”. A introdução do *embodiment*, da noção de *mimesis sensuais* e da ideia de *modelos sensoriais* alternativos de Constance Classen e da *investigação sensual* de Paul Stoller contribuiu para impulsionar o giro sensorial dentro da Antropologia de forma bastante precisa, pois possibilitou maneiras de utilizar o próprio corpo e os sentidos como meios de análise etnográfica e de escrever sobre essa experiência (Howes, 2014, p. 12). Partindo dessas premissas, o giro sensorial pôde ser descrito como “una aproximaci6n cultural al estudio

de los sentidos al igual que una aproximación sensorial sobre el estudio de la cultura” (Howes, 2014, p. 11).

No que se refere à História, a corrente das Mentalidades foi uma das primeiras aproximações à antropologia sensorial, uma vez que possibilitava que as sensações e as emoções fossem o motor da psicologia coletiva e o fio condutor da história. O desenrolar da história seria determinado muito mais pela dimensão do sensível do que pela dimensão do racional (Domínguez Ruiz; Ziriñ Quijano, 2017, p. 14). Essa abertura para a análise das sensações e dos sentimentos oferecida pelas Mentalidades, juntamente com a influência da obra de Michel Foucault e do pós-estruturalismo, levou muitos pesquisadores a desenvolverem um campo próprio de estudos sensoriais na História (Howes, 2014, p. 14). Os trabalhos do francês Alain Corbin, da canadense já mencionada Constance Classen, do britânico Roy Porter e do estadunidense George Roeder Jr. são exemplos pioneiros da então *História dos Sentidos*. Embora as Mentalidades não considerassem as agências individuais como a principal explicação histórica, tal abertura para novas maneiras de explicar os fenômenos sociais possibilitou o aperfeiçoamento das análises dessas agências, sobretudo no que se refere à relação entre a ação e a representação: quais sentimentos, valores e tradições mobilizam e impulsionam um grupo de pessoas a agir e a se comportar de uma determinada maneira em conjunto com suas motivações racionais e planejadas.

É importante esclarecermos, então, a conexão da dimensão sensorial com a cultura e a política. Para além da relação com as funções fisiológicas, os cinco sentidos — visão, audição, olfato, paladar e tato — são suscetíveis ao aprendizado e podem ser cultivados ou inibidos de acordo com o contexto sociocultural em que estão inseridos. Os indivíduos experimentam seus corpos e o próprio mundo por meio dos sentidos, e, portanto, os códigos sociais estabelecem o comportamento sensorial das pessoas em todos os momentos, determinando o significado dessas experiências. Além de expressarem historicidade — uma vez que são produtos de um espaço específico e suas associações mudam com o tempo —, os sentidos são formas físicas de apreensão do mundo e das construções culturais, respondendo a um *zeitgeist* particular e determinante, que dá origem a múltiplas respostas coletivas, individuais, cognitivas e psíquicas (Coronado Schwindt; Palazzo; Rodríguez, 2019, p. 1-2).

Uma vez que a percepção é o processo a partir do qual ocorre nosso primeiro marco de interpretação da realidade, e que se dá mediante os sentidos, nossa

consciência e maneiras de agir são diretamente influenciadas pelas nossas sensações. Como diferenciam Domínguez Ruiz e Zirió Quijano (2017, p. 11),

[...] una sensación es una actividad cognoscitiva primaria que se produce a partir del contacto directo con el mundo y proporciona cierto conocimiento de la realidad a través de la experiencia sensible. La percepción, en cambio, no es una capacidad física sino una facultad intelectual que toma como materia prima las sensaciones pero traduce estos estímulos en categorías racionales

Desse modo, as formas de pensar e de sentir são resultados (e agentes) da vida em comunidade e, por isso, predis põem os modos de percepção no seio de um contexto histórico particular (Domínguez Ruiz; Zirió Quijano, 2017, p. 10).

#### A ANÁLISE DAS FESTAS E DOS SENTIDOS NA BAIXA IDADE MÉDIA

Os sentidos não são meros receptores sensíveis de informações e, por conseguinte, são objeto das Humanidades. Os cinco sentidos “tienen un papel activo en la definición de los procesos de individuación, socialización y adaptación, así como en la adquisición y la transmisión del conocimiento por vía de la cultura” (Domínguez Ruiz; Zirió Quijano, 2017, p. 12). Tal definição, em alguma medida, vai ao encontro da noção de *ritual* elaborada pelas antropólogas Sally Moore e Barbara Myerhoff, que nos auxilia na compreensão do fenômeno festivo; das contribuições da historiadora Rita Costa Gomes no que se refere ao estudo das cortes baixo-medievais (Gomes, 1994, p. 132-134; Gomes, 1995, p. 297); e da ideia de mobilidade do sagrado apresentada por alguns filósofos e antropólogos.

De acordo com Moore e Myerhoff (1977), as principais características do fenômeno ritual são: 1) a repetição de certos elementos de conteúdo ou das formas; 2) seu aspecto cenográfico-espetacular inspirado na dramaturgia; 3) o comportamento esquemático que implica um uso simbólico; 4) uma ordem e uma organização precisas que implicam um papel determinado para certas pessoas e objetos, sem excluir a possibilidade do espontâneo, da improvisação ou do caos esporádico; 5) uma apresentação evocadora que estimula o sensorial; e 6) uma dimensão coletiva portadora de significado social (Carrasco García, 2017, p. 125; Moore; Myerhoff, 1977, p. 3). Nas cortes medievais, onde ocorriam os rituais nobiliárquicos ordinários e extraordinários (acordar do rei, banquetes, reuniões, casamentos, entradas, jogos, torneios e justas de cavalaria, etc.), os aristocratas

não eram meros espectadores ou destinatários de mensagens políticas dos reis ou de senhores. Eles eram participantes ativos e sensíveis, e colaboravam de forma reflexiva nesses eventos, de maneira que as cerimônias representavam uma modalidade própria da existência da aristocracia. Os ritos constituíam não só o meio pelo qual ocorria a repetição e a reatualização simbólica da coesão ou dos conflitos daquela comunidade, mas também uma dinâmica em que os grupos se regeneravam, de modo a se ajustarem a mudanças internas, a se adaptarem ao meio e criarem relações de interdependência (Elias, 2001, p. 134; Gomes, 1994, p. 132-134). Nesse sentido, os ritos não tinham simplesmente um sentido propagandístico, alegórico, de encenação ou de imitação, mas um sentido real, que ocorria por meio da percepção dos participantes e que determinava a distribuição de papéis e a organização dos cargos na corte e no governo do reino (Gomes, 1995, p. 297).

As ideias de sacralização e seu caráter móvel são boas ferramentas para se compreender o contexto político e sensorial do século XV; não somente porque estão relacionadas à prática de gestos e à mobilização de imagens, sons e símbolos utilizados nas cerimônias e descritos nos registros escritos, mas também no que se refere à dimensão discursiva. Ernst Cassirer, que analisou as relações e as transferências entre a esfera “sagrada” e a “profana”, esclarece que a divisão entre elas não impedia uma interação duradoura e uma assimilação entre ambas. Ao contrário, o sagrado revela seu poder precisamente pela dominação sensorial imediata das coisas físicas e dos eventos realizados, de modo que cada acontecimento ou objeto, por mais particular, acidental e sensorial que seja, possui um potencial sacralizante. Isso permite que coisas aparentemente triviais possam ser deslocadas da esfera do lugar-comum/laico/profano e para a esfera do especial/sagrado. Obviamente, a transição entre as duas dimensões não é imediata nem unilateral, uma vez que exige uma atitude intermediária (Aurell; Aurell, 2017, p. 12; Cassirer, 1955, p. 255) e constante como, por exemplo, a execução de rituais e elaboração de discursos.

Se é possível haver sacralidade em dimensões que costumam ser classificadas como “seculares”, nota-se que grupos sociais — como a aristocracia laica baixo-medieval — podem ganhar caráter divino, legítimo, natural, sagrado. Como sublinha Emilio Gentile, um processo de sacralização pode ocorrer de quatro maneiras, a depender de como se define os fenômenos religiosos. De forma bastante resumida, a primeira delas foca na experiência espiritual profunda do “numinoso”, conceito de Rudolf Otto que descreve uma manifestação de



poder misterioso e fascinante, capaz de atribuir sacralidade à política quando o poder político adquire uma aura sagrada. A segunda, com base nas ideias de Gaetano Mosca, entende a sacralização política como resultado de um artifício propagandístico utilizado pelas elites para manipular as massas por meio de mitos, símbolos e rituais que promoveriam sensações e emoções de admiração e gratidão aos que assistem, levando-os a apoiar o poder dominante. A terceira, derivada da visão funcionalista de Émile Durkheim, interpreta a religião política como um sistema de crenças e práticas em que a sociedade venera a si própria por meio de rituais destinados a estimular ou recriar certos estados mentais nos grupos, resultando na coesão social. Por fim, a quarta abordagem, influenciada por Gustave Le Bon e Claude Rivière, considera que o fenômeno religioso ocorre devido à necessidade humana de crer. Esta devoção em busca de sentido para a existência e em busca da salvação coletiva se direciona para atos solenes, repetitivos e codificados, de ordem verbal, gestual e postural e, portanto, para ideologias, líderes e símbolos, resultando em uma sacralização espontânea da política (Gentile, 2006, p. 4-10; Rivière, 1989, p. 13, 173-174).

A teoria funcionalista de Durkheim, ligada à interpretação fideísta de Le Bon e Rivière, sugere então que os aspectos religiosos dos movimentos políticos não resultam de uma mera instrumentalização de mitos e rituais, por parte da elite, para manipular e controlar os súditos. Essa interpretação, ao contrário, reconhece que os elementos sagrados podem emergir de forma autêntica entre os dominados, impulsionados pela necessidade de fé e crenças, que encontram satisfação na devoção a um grupo/líder ou a uma ideologia promissora de bem-estar e salvação. Rivière (1989, p. 173-174) também destaca que tal mobilidade do sagrado, que transcende o âmbito religioso e se manifesta no âmbito político, tem o rito e o uso de símbolos como sua principal forma de expressão. O sociólogo Léo Moulin classifica alguns exemplos da simbologia política de acordo com cada sentido:

[...] *a audição*: os hinos nacionais, as marchas militares, os cantos partidários, a batida ritmada dos aplausos e das marchas, a palavra, a música, os gritos, os *slogans*, as vaiais, etc.;  
*a visão*: as luzes, as condecorações, as bandeiras, os cartazes, as flores, os cortejos, sua boa ordem, as massas reunidas, os signos [...], os personagens e animais simbólicos (John Bull, Marianne, Till Eulenspiegel, as 'águias' e os 'leões'), os monumentos históricos ou comemorativos, etc.;  
*o olfato*: o incenso, as flores, a 'pólvora', o cheiro da multidão, a terra recém-revolvida dos cemitérios, etc.;



*o paladar*: utilizado sobretudo nos ritos de convivialidade alimentar, jantares e banquetes;

*o tato*: os contatos, os empurrões, o corpo-a-corpo, as brigas de rua, a presença da multidão - toda a diferença que existe entre um concerto ao vivo e um concerto pelo rádio. Ou ainda entre as batidas do coração e as batidas do metrônomo (Rivière, 1989, p. 228).

Quando inserido em um contexto histórico, o sagrado se revela dinâmico e em constante transformação, de modo que a sacralização de pessoas, eventos, lugares e símbolos nunca se encerra completamente. Entretanto, se as cerimônias e os discursos acerca dos aristocratas referenciavam um modelo político em que as desigualdades sociais eram bem-vindas e consideradas reflexos do desígnio divino e, por isso, reforçavam a identificação das ordens sociais, sublinhava-se que estas práticas e discursos também tinham uma dimensão estratégica e propagandística. A experiência do numinoso também era importante para as sensações, os sentimentos e a percepção destes agentes históricos, especialmente dos dominados. Nesse sentido, na Idade Média, os indivíduos acreditavam genuinamente na superioridade aristocrática, porém, isso não impedia que eles mesmos elaborassem estratégias e instrumentos para justificarem e preservarem seus privilégios. Tentaremos, com o exemplo de Álvaro de Luna, compreender a complexidade destes processos de sacralização por meio da relação entre as festas em Escalona e as experiências sensoriais.

Os séculos finais do período medieval são reconhecidos pelos medievalistas como um momento de efervescência festiva e de uma ampla disseminação de manifestações ritualísticas e cerimoniais. De caráter coletivo e ocorrendo em ambientes públicos e domésticos, estes eventos eram considerados momentos especiais para expressar esta ideologia dominante, as relações e aspirações sociais, os sentimentos e as emoções de seus participantes. Diferentemente das festividades atuais, as festas medievais eram inspiradas e justificadas pela cultura de representação social e, portanto, continham referências espetaculares, protocolárias, lúdicas e cênicas, com rituais específicos e gestos que davam significado existencial, simbólico e propagandístico à comemoração. Todos estes elementos festivos criavam imagens impactantes que, além de facilitar a compreensão de uma cosmovisão integral da natureza, das relações de poder e dos vínculos estamentais, reforçavam os fundamentos básicos que sustentavam a sociedade e os que protagonizavam estas ações (Asenjo González, 2013, p. 40; Narbona Vizcaíno, 2017, p. 13).

Para o antropólogo Georges Balandier, o poder se realiza a partir da transposição de imagens, da manipulação de símbolos e de uma organização cerimonial que apresenta a sociedade para ela mesma e legitima posições políticas. Ao traduzir a hierarquia sagrada, o teatro político replica uma cena do poder em que o soberano — ou aquele que oferece determinada cerimônia — depende diretamente da ordem divina (Balandier, 1982, p. 7). As festas e seus ritos, entendidos como acontecimentos comunicativos e explicativos por excelência, contribuíam para o estabelecimento, confirmação ou transformação das relações de poder existentes entre os participantes destes eventos e entre governantes e governados (Díaz Sammaroni, 2020, p. 156). José Manuel Nieto Soria, ao analisar o papel das cerimônias régias sob a dinastia Trastâmara, já destacava o papel desta comunicação propagandística do poder político durante as cerimônias: elas faziam parte de uma retórica “não-escrita”, fundamentalmente teatralizada e capaz de persuadir e convencer seus expectadores (Nieto Soria, 1993, p. 16-17).

Mas como ocorreria a sensação de pertencimento a uma comunidade ou mesmo a persuasão e o convencimento dos indivíduos em uma cerimônia aristocrática? Como já mencionado anteriormente, uma vez que os sentidos *externos* (Newhauser, 2014, p. 22) — visão, audição, olfato, paladar e tato — fazem parte da nossa socialização e de nosso processo de aprendizagem, a apelação para o uso de imagens, sons, gestos e protocolos durante as mais diversas cerimônias era uma forma de provocar sensações, percepções, reflexões e sentimentos de pertencimento nos indivíduos. Quando estimulados, associados e se desdobrando em funções práticas da vida social cotidiana, os sentidos ativam a memória do indivíduo e concretizam a experiência física do momento presente através do corpo, tornando a realidade dos indivíduos inteligível (Díaz Sammaroni, 2020, p. 155). Destacaremos aqui exemplos de experiência sensorial no que tange à dimensão cultural e política no reino de Castela, no século XV, usando como objeto de análise trechos da *Crónica de D. Álvaro de Luna, Condestable de los Reynos de Castilla y León*. O documento, escrito por dois cronistas ao longo da segunda metade do século XV — um autor desconhecido, seguido por Gonzalo Chacón (García-Antezana, 1967, p. 508; González Delgado, 2012, p. 842-843) —, apresenta detalhes minuciosos sobre o cotidiano do Condestável de 1408 até sua morte em 1453.

Para a interpretação da documentação, nos inspiramos tanto nas contribuições do filólogo Leonardo Funes e do historiador Jaume Aurell, quanto nas propostas metodológicas dos *Estudos Sensoriais*. De acordo com Funes (1997, p. 143), as

crônicas seriam uma espécie de “monumento discursivo”, uma vez que ao mesmo tempo se postulam como história, como forma de conhecimento e como ideologia. De maneira semelhante, Aurell afirma que os documentos contêm uma ideologia, uma intencionalidade, refletem em si mesmos uma leitura do mundo e, portanto, requerem de nós historiadores uma interpretação crítica que lhes coloque em conexão com seu contexto (Aurell, 2006, p. 816). Deveríamos, então, nos preocupar não apenas com os fatos narrados, mas principalmente, com os discursos; buscando compreender como, nesse caso, a crônica do Condestável apresenta o período a que se refere no passado e como ela foi articulada em seu presente, considerando sempre suas circunstâncias e seus condicionamentos ideológicos (Aurell, 2006, p. 89). Veremos que Gonzalo Chacón recorreu ao uso de figuras de linguagem — metáforas, hipérboles, alegorias, metonímias, comparações, repetições — e de uma retórica sensorial e sinestésica para enaltecer — e sacralizar — seu biografado e a aristocracia.

Os Estudos Sensoriais, perspectiva inter e transdisciplinar que analisa os fenômenos sensoriais, oferecem ferramentas fundamentais para esta análise na medida em que consideram os sentidos tanto como instrumentos metodológicos, quanto como objetos de estudo. Tal perspectiva mobiliza conceitos-chave como *sentidos*, *intersensorialidade*, *comunidade sensorial*, *paisagens sonoras* e *marcas sensoriais*. Como vimos, os *sentidos*, além de captarem fenômenos físicos, possuem uma dimensão histórica e cultural, transmitindo valores e significados. A *intersensorialidade*, termo emprestado do historiador Mark Smith, refere-se à interrelação entre os cinco sentidos no momento da percepção dos sujeitos, podendo gerar experiências sinestésicas. Já a comunidade sensorial — baseada na proposta de Barbara Rosenwein e Richard Newhauser — diz respeito ao grupo em que seus membros compartilham reações sensoriais semelhantes diante de eventos e problemas, já que estão unificados por emoções e percepções comuns. As *paisagens sonoras* (*soundscape*s), conceito da Musicologia formulado pelo compositor Raymond Schafer, descrevem sons que caracterizam e dão significado a determinados espaços ou lugares específicos, como cidades, ruas, palácios, casas, jardins. Por fim, destacamos o conceito de *marcas sensoriais*, proposto por Gerardo Rodríguez e Gisela Coronado Schwindt, baseado na noção de *soundmarks*, de Schafer. Embora este último enfatize os sons de uma sociedade, as marcas sensoriais vão além do âmbito sonoro, abrangendo as evidências visuais, auditivas, olfativas, gustativas e táteis que, em um contexto cultural específico,

ajudam a identificar e interpretar percepções e seus significados (Rodríguez, 2019, p. 44-46).

Neste artigo veremos como as cerimônias que ocorreram na corte do condestável Álvaro de Luna, em Escalona, em 1448, apresentam uma dinâmica festiva diretamente relacionada com um modelo sensorial e político que, tanto na prática, quanto no discurso, sacralizavam as ordens superiores da sociedade.

#### A FUNÇÃO DE ESCALONA

Álvaro de Luna chegou à corte do pequeno Juan II de Castela em 1408, na condição de pajem. Ao longo dos anos no entramado cortesão, obteve crescente popularidade e favoritismo régio, tornando-se o principal líder do bando opositor aos Infantes de Aragão. A partir de 1420, dom Álvaro já havia garantido diversas mercês e conseguido estabelecer vínculos seguros e suficientes para ser reconhecido legalmente como *privado* régio e se converter no personagem mais poderoso e influente do reino castelhano. A relação de intensa proximidade pessoal com o rei, aliada à possibilidade de substituí-lo e à acumulação de funções relacionadas ao bem comum, transformaram esses favoritos nos principais alvos de reclamações dos bandos aristocráticos opositores ao monarca (Belenguer, 2019, p. 36; Borgognoni, 2018, p. 79-80; Carceller Cerviño, 2009, p. 91-92; Foronda, 2018, p. 43).

O vertiginoso crescimento político e a expansão patrimonial de Álvaro de Luna desencadearam intensos conflitos com o bando antilunista ao longo de todo o reinado de Juan II. Embora as acusações de tirania e usurpação do poder régio tenham levado à execução do Privado em 1453, em um ritual em praça pública, sua trajetória política por mais de três décadas também foi permeada por momentos de celebração e festividade. Afinal, o reinado de Juan II é considerado a “idade de ouro” das festas e dos costumes cortesãos em Castela, não apenas pela abertura ao humanismo, mas pela afeição régia por poesia, justas e celebrações, mas também pela influência de seu entorno, que consolidou uma corte de caráter essencialmente lúdico e festivo (Andrés Diaz, 1986, p. 96; Monsálvo Antón, 2011, p. 32, 41; Vélez-Sainz, 2013, p. 30).

Em junho de 1423, ficava reconhecida a privança de Álvaro de Luna (Foronda, 2018, p. 43). Em dezembro do mesmo ano, Juan II também o nomeia como condestável de Castela<sup>2</sup>, em uma festa em Tordesilhas rodeada de luxo e símbolos políticos. A fim de retribuir a virtude e o serviço prestado pelo Privado, bem como

ressaltar a responsabilidade de garantir a harmonia no reino, Juan II entrega o bastão da justiça para dom Álvaro. Este agradece a mercê beijando as mãos do rei, demarcando, por meio de tal gesto visual e tátil, o juramento selado entre os dois. (Gonzalo Chacón, 2010, p. 45; Villaseñor Sebastián, 2014, p. 614). Meses depois, o Condestável adquire a vila de Escalona por meio da doação régia, embora tal privilégio só tenha sido despachado oficialmente em 1438. Desde o início de sua privança, contudo, Álvaro de Luna ia ampliando suas posses, ao ponto de, duas décadas depois, acumular um vasto patrimônio territorial formado por Escalona e diversas vilas importantes na região de Toledo (Franco Silva, 1994, p. 48-51).

Apesar do caráter itinerante das cortes medievais, o castelo-palácio de Escalona tornou-se o principal centro do poder de Álvaro de Luna. Ele se localizava no caminho estratégico que unia Toledo com Ávila e desempenhou papel fundamental na campanha de Extremadura mobilizada pelo Condestável. No início da década de 1430, Escalona era a base de partida de onde se concentravam recursos, petrechos e os homens de Álvaro de Luna (Castillo Cáceres, 1998, p. 268-269).

Desde 1420, muitos dos trajetos de Juan II incluíam a vila como parada, não apenas porque o rei se sentia seguro ali, mas também porque podia usufruir do espaço para descansar no intervalo de suas funções (López Gómez, 2013, p. 39, 43). Os prazeres sensoriais ocorridos durante a estadia régia são marcados na crônica do Condestável por meio da descrição dos jogos realizados, da sofisticação da decoração, do conforto da hospedagem e da abundância das “coisas necessárias” para o tratamento digno de um aristocrata:

E salid el Rey de Cibdad Rodrigo á quinze dias de Enero del año de mili é quatrocientos é treinta é tres, é fuesse el Rey por Escalona porque el Condestable se lo avia suplicado. A donde se ficieron grandes fiestas al Rey é á todos los que con él iban: é se corrieron toros, é jugaron cañas, é ovo otras muchas maneras de juegos, de que el Rey ovo grand placer. E fueron alli tan bien rescebidos é ospedados, que mejor non pudieran ser: é fué tanta el abundancia que ovo de las cosas necessarias, que cosa maravillosa fué de ver. E de alli se partió el Rey á Illescas (Gonzalo Chacón, 2010, p. 126).

O mesmo se repete em 1435, quando Juan II novamente visita Escalona e “fizo el su condestable sala, e mandó rraçiones a todos los que con él venían; e jugaron cañas ese día, e fezieron muy buena fiesta. E teníanle muy vien guarnidas las

salas de paños franceses, e camas, vien a marauilla” (Carrillo De Huete, 1946 p. 197; Castillo Cáceres, 1998, p. 269).

A construção do complexo em Escalona era antiga, remontando ao século X e apresentando traços típicos do estilo arquitetônico muçulmano. No século XV, ainda conservava uma grande fortaleza e um alcázar para área residencial. Ambos passaram por pequenas reformas iniciadas por dom Álvaro desde 1432. Paulatinamente, o castelo-palácio converteu-se na residência mais importante do Condestável (Gonzalo Chacón, 2010, p. 188) e na corte mais esplendorosa de Castela, como menciona o cronista régio Pedro Carrillo de Huete (1946, p. 254): “la mejor labrada e mejor casa que había en toda España”

A transformação empreendida pelo dono, outro grande admirador dos costumes cortesãos, buscava criar um cenário imponente para uma política de prestígio, ou mesmo de auto-promoção cortesã, cada vez mais essenciais para acompanhar o poder que ele adquiria ano após ano. Segundo crônicas da época, em 1437 o próprio rei teria ordenado que Álvaro de Luna reformasse os alcázares de Escalona para que servissem como palácio onde ele e seu privado impusessem uma regulamentação da vida cortesã por meio da etiqueta (López Gómez, 2013, p. 39-40). Contudo, esse empreendimento tomou fôlego somente a partir de 1438: em agosto daquele ano, um incêndio provocado pela queda de um raio teria destruído praticamente todo o conjunto, exigindo uma completa reconstrução do edifício (Andrés Díaz, 1986, p. 92; Castillo Cáceres, 1998, p. 268-270; Elias, 2001, p. 110, 117; Gonzalo Chacón, 2010, p. 133; Vélez-Sainz, 2012, p. 178; Villaseñor Sebastián, 2003, p. 136-138).

O resultado das obras foi uma edificação que refletia a magnificência, a ostentação e o luxo característicos da aristocracia do século XV, ao mesmo tempo em que servia como palco para atividades que fortaleciam o prestígio e o poder de Álvaro de Luna e de seus convidados (Castillo Cáceres, 1998, p. 270; Villaseñor Sebastián, 2003, p. 138). A monumentalidade arquitetônica e o espaço disponível para festas, jogos, descanso e contemplação fizeram do palácio um local verdadeiramente destinado para o prazer aristocrático e, conseqüentemente, para assegurar as alianças entre privado, rei e seus aliados (Vélez-Sainz, 2012, p. 179).



## OS CINCO SENTIDOS EM FESTA

A crônica do Condestável relata que, no ano de 1448, após um longo período de itinerância por Tordesilhas, Laguna de Negrillos, Valladolid e Ávila, Juan II de Castela e sua esposa, Isabel de Portugal, decidiram seguir para a vila de Escalona. Assim que soube da vinda do rei, Álvaro de Luna começou os preparativos da recepção e das festividades, ordenando aos homens de sua casa que tudo fosse montado da forma mais magnífica possível, já que o Rei, entre tantos esforços e labores que recebia todos os dias, encontraria em Escalona alguma alegria e prazer (Gonzalo Chacón, 2010, p. 190).

A rainha Isabel, de origem portuguesa e casada com o monarca castelhano desde o ano anterior, ainda não conhecia Escalona. Assim, as festas em homenagem ao casal em 1448 tinham um triplo propósito: impressionar a nova rainha; inaugurar o novo edifício, já que se tratava da primeira visita régia ao palácio após as obras de reconstrução; e marcar o poder do Condestável (Castillo-Cáceres, 1998, p. 267, 279).

Para o início das cerimônias, o anfitrião reuniu seus cavaleiros e os dividiu em dois grupos: um, que estaria montado a cavalo, seria encarregado de organizar um torneio, e outro, a pé, seria formado pelos capitães das equipes. Todos deveriam estar devidamente arrumados para uma ocasião tão especial, levando Álvaro de Luna a exigir que “se adereszassen é guarnesciessen todos, é estoviessen á punto, para facer al Rey servicio é fiesta” (Gonzalo Chacón, 2010, p. 191). O Condestável também convocou os cavaleiros que moravam nas proximidades para se juntarem às festividades, solicitando ainda que fossem “guarnidos, é puestos á punto de tordas aquellas cosas, que para el tal caso les complia; ca eran todos hijos de grandes omes, é siempre estaban bien adereszados e guarnidos para las semejanes necesidades” (Gonzalo Chacón, 2010, p. 191).

O poder do anfitrião da festa manifestava-se na imponente visual do palácio-castelo, mas também na cenografia cuidadosamente planejada para estes eventos, com o propósito evidente de deslumbrar os convidados por meio da arquitetura efêmera. Essa encenação começava quilômetros antes da chegada à cidade. Embora tais procissões fossem comuns nas entradas solenes dos poderosos nas cidades medievais, em Escalona, seu senhor se dedicava meticulosamente aos detalhes, buscando exibir sua honra com uma magnificência singular (López Gómez, 2013, p. 45). O empreendimento arquitetônico, a cargo de “omes que



sabian mucho de aquello” e destinado apenas para o ritual de entrada, se estendia da entrada do castelo até cada falsos construídos sobre as montanhas da vila:

Después que ovo concertado aquellas cosas con sus caballeros, mando llamar á sus moneros: é dixoles é mandóles que le concertassen monte cerca del camino por donde el Rey é la Reyna avian de venir, los quales como eran omes que sabian mucho de aquello, ficiéronlo luego assi: é fué concertado el monte una legua de Escalona por la parte que el Rey venia. E el Maestre mando facer prestamente en aquella parte dó el monte se avia de correr, en un otero que enseñoreaba los otros valles, grandes cada falsos de madera, donde estoviesen la Reyna, é sus dueñas é doncellas, é pudiessen ver bien correr los venados, é matarlos. Pues non fué dada menor diligencia por el Maestre en todas las otras cosas que convenian para que el Rey é la Reyna, é toda su corte, después que entrassen en su tierra la fallassen de todas las cosas viciosa é abastada; porque aquellos que venían á folgar é aver placer, en ninguna cosa non sintiessen mengua nin necesidad. E nesta manera ordeó el Maestre aquellas cosas, é lo demás que se requería para el rescebimiento del Rey é de la Reyna, é de toda sua corte (Gonzalo Chacón, 2010, p. 191-192).

Álvaro de Luna e seu séquito receberam os visitantes com um cortejo grandioso, acompanhado por músicos, brasões, criados, além de bebidas e iguarias, enfim, elementos que estimulavam diferentes experiências sensoriais:

[...] el día que sopo que el Rey venia, salió el Maestre á lo rescebir con los caballeros é fijosdalgo que com él eran. De los quales unos iban vestidos é ataviados para el monte: otros iban guarnidos muy ricamente: é ante el Maestre iba rand quadrilla de moneros, unos á caballo, é otros á pie, con sus lebreles é canes por las traillas: é otra grand compañía de ballesteros, é ornes que sabían mucho del monte: é sus atabales, é menestriales, é trompetas [...]. Las compañías del Rey venían yá, é el Maestre salió del monte con sus gentes á rescebir al Rey, é á la Reyna, é llegó al Rey con grand reverencia á besarle las manos, é después á la Reyna. E el Rey ovo mucho plaser, quando vido al Maestre (Gonzalo Chacón, 2010, p. 192).

Os fragmentos acima destacam a preocupação de Álvaro de Luna em organizar e encenar um ritual de recepção régia que, ao mesmo tempo, expressava vassalagem, lealdade e afirmação de poder aristocrático. Ao preparar cuidadosamente o território para a chegada do rei e da rainha, o Mestre não apenas rendia homenagens, mas também reafirmava sua autoridade local e sua capacidade de oferecer uma hospitalidade digna da realeza. Ao envolver seus cavaleiros nas

decisões, projetava-se como um líder de séquito coeso e disciplinado, capaz de prover uma experiência régia impecável (“fallassen de todas las cosas viciosa é abastada”), reforçando assim sua imagem de nobre poderoso, bem-sucedido e indispensável ao serviço à monarquia.

Ocorrido o ritual de recebimento, com as devidas solenidades e reverências, o Condestável e seus convidados prepararam-se para uma caça. A caça nobiliária, ao contrário da caça praticada pelas camadas sociais mais baixas, que tinha um propósito essencialmente econômico, configurava-se como uma atividade desportiva, associada tanto ao preparo para a guerra quanto ao alívio das tensões daqueles que exerciam o governo do reino. As caçadas nobiliárquicas ocorriam em bosques significativamente menos “domesticados” do que os atuais, representando espaços de domínio do selvagem, do perigoso, do estranho e do maravilhoso. Como exercício militar, a atividade fortalecia o corpo e ensinava os jovens nobres a desferir golpes certos nos animais, uma habilidade que lhes seria útil no campo de batalha. Além disso, como entretenimento de caráter guerreiro, permitia que os futuros cavaleiros assimilassem os princípios fundamentais da cavalaria, servindo como treinamento em tempos de paz e proporcionando ocasiões para demonstrações de valentia, destreza no manejo de armas, habilidade na montaria e resistência física (Coronado Schwindt; Díaz Sammaroni, 2019, p. 23; Gibello Bravo, 1999, p. 97-98). Simbolicamente, portanto, caçar junto ao rei reforçava a identidade aristocrática do anfitrião e seus convidados. Observados pelas damas, que subiram nos cadafalsos para observar a caçada, “El Rey é el Mestre, con los otros caballeros, pusieronse en suas armadas, é corrieron el monte é mataron algunos venados, é ovieron mucho placer” (Gonzalo Chacón, 2010, p. 192).

Após esse momento de descontração, o rei e a rainha, acompanhados por seus respectivos séquitos, dirigiram-se à residência de Escalona. O cronista enfatiza o deslumbramento dos portugueses, que nunca haviam estado no local antes, ao visualizarem a grandiosidade da residência, pois “mucho se maravillaron, quando vieron aquella entrada de la casa tan fuerte, e tan magnífica é caballerosa” (Gonzalo Chacón, 2010, p. 192). Uma sensação de fascinação promovida pela contemplação e sensação tátil de diversos elementos decorativos e simbólicos que realçavam a natureza cavaleiresca daquele senhor: “puertas grandes de la entrada muchas cabezas de osos é de puercos, é de otras bestias salvages, é en medío del postigo de la puerta estaba clavada una muy grand piel de león, con sus uñas é dientes blancos, la qual tenia muchas é grandes feridas.” (Gonzalo

Chacón, 2010, p. 192). Segundo Morales Muñiz (1998, p. 319), o simbolismo dos animais medievais estava alinhado com a ideologia aristocrática. Os animais que mais representavam o espírito guerreiro da nobreza — ordem associada ao combate — eram os predadores, com destaque para o leão, considerado o símbolo por excelência de força e autoridade (Castillo Cáceres, 1998, p. 276). A pele exibida aos convidados portugueses fora enviada para Álvaro de Luna como presente por um rei muçulmano. Segundo os embaixadores, ela pertencera a um leão africano de tal magnitude e ferocidade que jamais se vira outro de tamanho tão impressionante (Gonzalo Chacón, 2010, p. 193).

A crônica exalta o esplendor da residência de Álvaro de Luna ao descrever detalhes da estrutura da casa, de sua decoração e do protocolo cerimonial aristocrático. No que se refere aos elementos decorativos, o cronista sublinha a nobreza dos materiais, sugerindo uma experiência sinestésica proporcionada aos visitantes. Ao entrarem na casa, os portugueses se maravilharam ao verem panos franceses, panos de ouro e de seda, mas também por sentirem que “todas las cámaras é salas estaban dando de sí muy suave olores” (Gonzalo Chacón, 2010, p. 193). Aliás, a dimensão olfativa do complexo de Escalona é um dos aspectos destacados por Gonzalo Chacón para exaltar os feitos do Condestável. Mesmo durante os períodos de calor, Dom Álvaro soubera adaptar a arquitetura de seu castelo-palácio, transformando-o em um local idílico em todas as estações do ano. Essa característica pode ser atestada quando o cronista descreve o convite que o Privado fez ao Rei em julho de 1450:

[...] yá sabia que aquella villa de Escalona es por cierto assaz é mucho calurosa en el tal tiempo; pero los humanos arteficios suelen muchas veces, é en muchas cosas casi sobrepujar á las obras de natura, invencionando por humana industria los reparos que son complideros para en defensión de aquellas. Por cierto menester fuera en este passo aquel en escrebir abundante Ovidio Nasso, para que segund él en sus metamorfoseos é ficiones escribe, é designa la casa del sol, é los adornamientos, é polidezas, é arreos , é los edificios de aquella , escribiera con verdad é con realidad del fecho, los palacios de mucho frescor, los altos olorosos é perfumes de suave olor, los jardines, los naranjales, los exquisitos é ingeniosamente invencionados modos de humanas deleytaciones, que el noble Maestre é Condestable en aquellos dias que el Rey su señor estovo en aquella su villa, le sopo administrar, é le administro (Gonzalo Chacón, 2010, p. 224-225).

Embora o cronista constate que Escalona, no verão, fosse um local inóspito devido ao calor, a permanência de um aristocrata ali exigia uma preparação que transcendesse as limitações impostas pelas condições do tempo. Ao afirmar que “los humanos arteficios [...] casi sobrepujar á las obras de natura”, Chacón enfatiza a engenhosidade humana, encarnada aqui no espírito humanista e cortês de Álvaro de Luna, capaz de superar os limites impostos pelo ambiente natural. Desse modo, o Mestre pode oferecer aos seus convidados uma experiência sensorial refinada, não somente por meio do esplendor visual da arquitetura, mas também pelo frescor dos espaços e pelos perfumes agradáveis que evocavam prazer e sofisticação.

É importante salientar que o luxo associado às ordens superiores e a influência muçulmana contribuíram para o desenvolvimento da perfumaria. No final da Idade Média, a aristocracia nutria um grande apreço por aromas, especialmente os mais exóticos, como evidenciado pelo seu gosto por especiarias, que não só acrescentavam sabor, mas perfumavam os alimentos. Os perfumes de uso pessoal eram acompanhados por purificadores de ar domésticos, confeccionados em prata ou vidro, e de origem árabe. Esses objetos, que se popularizaram no final do século XV, tinham diferentes aberturas que permitiam a difusão dos aromas e mantinham a fragrância dos ambientes palacianos (Castillo Cáceres, 1998, p. 277; Coronado Schwindt; Díaz Sammaroni, 2019, p. 26). O hábito de frequentar espaços arejados e aromatizados também reforçava a identidade coletiva aristocrática na medida em que, esse grupo, como classe dominante, podia se apropriar dos odores agradáveis em contraste com o mau cheiro, atribuído às classes inferiores (Díaz Sammaroni, 2019, p. 184-185, 191; Larrea Killinger, 1997, p. 42; Woolgar, 2014, p. 31).

A combinação desses perfumes com a presença de plantas e, provavelmente, de piscinas, lagos e fontes ao redor do palácio garantiam o frescor e o bem estar dos hóspedes de Escalona, permitindo uma completa experiência intersensorial. Nas casas senhoriais da Península Ibérica, era comum a construção de jardins de influência muçulmana, caracterizados pela fragmentação do espaço com lagos e fontes, além da capacidade de se adaptar a terrenos pequenos e irregulares. O surgimento de um jardim no entorno do castelo-palácio deveu-se ao trabalho de reconstrução realizado nos anos seguintes ao incêndio de 1438, no qual trabalharam pedreiros mudéjares, alguns deles provavelmente de Sevilha, onde o arcebispo de Toledo, Juan de Cerezuela, irmão de Álvaro de Luna, havia ocupado a mitra de Sevilha (Castillo Cáceres, 1998, p. 271). É importante salientar que, nos

séculos XV e XVI, a construção de jardins, pomares e hortas foi extensivamente explorada, tanto pelo anseio dos aristocratas de estarem cercados por um ambiente esteticamente belo, agradável e prazeroso, quanto para evocar os espectros semânticos empregados nos romances de cavalaria. Os jardins palacianos aludiam à imagem revivida do Éden e se tornavam espaços propícios para o amor e para as diversões nobiliárias: contemplação, conhecimentos botânicos, brincadeiras ao ar livre, mas, sobretudo, representações teatrais repletas de danças, burlas e surpresas. Portanto, o jardim era, ao mesmo tempo, uma representação do mundo natural, criado por Deus, mas também uma construção humana, na medida em que era resultado do emprego de técnicas hidráulicas, arquitetônicas e de engenharia (Miranda; Rodríguez, 2023, p. 230-232; Aguillar Perdomo, 2010, p. 196-198, 212).

Apesar da existência de jardim e pomar ao redor do palácio, a maioria das celebrações — banquetes, bailes, *entremeses*<sup>3</sup> e torneios — ocorria na famosa “Sala Rica”, o verdadeiro protagonista do complexo arquitetônico. Era nesse recinto que Álvaro de Luna exibia de forma mais marcante o luxo de sua residência, não apenas por causa das celebrações e do aparato necessário para que ocorressem, mas também porque a sala servia como espaço para expor os objetos preciosos de seu tesouro, como tecidos finos, ouro, prata, pedras preciosas, troféus de caça, cabeças e peles de animais e obras de arte (Castillo Cáceres, 1998, p. 276; López Gómez, 2003, p. 42, 48; Vélez Sáinz, 2012, p. 179; 2013, p. 190; Villaseñor Sebastián, 2014, p. 617). O manuscrito 207 da Biblioteca Universitária de Salamanca, referente à obra *Libro de las virtuosas e claras mugeres* (1446), escrita pelo Condestável, provavelmente fazia parte da Sala Rica. Redigido em pergaminho com decoração elaborada, o documento exibia ostentação por seu autor, refletindo a mesma iconografia presente nas decorações do castelo, com figuras fantásticas, animais e símbolos da família Luna: conchas e cruzeiros de Santiago (Vélez Sáinz, 2012, p. 180; Villaseñor Sebastián, 2003, p. 149). Nesse sentido, a qualidade das peças em exposição ia muito além de seu valor material; Álvaro de Luna se interessava por objetos exóticos, metais preciosos e joias, mas também apreciava o acabamento refinado e a arte. Para Castillo Cáceres (1998, p. 276, tradução nossa), “a disposição pública das principais posses de Álvaro de Luna estava vinculada a uma certa concepção da casa, com uma ideia do palácio como um palco completo capaz de atrair a atenção de todos os sentidos”.

A organização dos móveis na Sala na ocasião do banquete apresentava, segundo o relato da crônica, mesas “bem ordenadas” (Gonzalo Chacón, 2010, p.

193), evidenciando o padrão cada vez mais ritualizado da disposição de mesas e assentos (Coronado Schwindt; Díaz Sammaroni, 2019, p. 24). De modo a destacar a cabeça-política do reino e seus principais convidados, a mesa mais alta estava reservada para Juan II, a rainha consorte, o arcebispo de Toledo e dona Beatriz — filha de dom Dinis de Portugal e acompanhante de Isabel; nas mais baixas, os lugares eram distribuídos de forma alternada entre o restante de cavaleiros e donzelas. Do outro lado da sala, os aparadores que acomodavam as baixelas estavam dispostos em várias fileiras cobertas por peças de ouro e prata. Entre elas, destacavam-se inúmeras taças de ouro incrustadas com pedras preciosas, grandes pratos, confeitadores, barris e tigelas de ouro e prata adornadas com esmaltes e delicados trabalhos artesanais. Após a chegada do rei, da rainha e dos demais cavaleiros, damas e donzelas às mesas, a cerimônia prosseguiu com o ritual de lavagem das mãos (Gonzalo Chacón, 2010, p. 193). Esse ritual seguia alguns preceitos encontrados nos tratados de educação nobiliária do período baixo-medieval: a postura e a beleza corporal dependiam da lavagem dos olhos e membros todos os dias, do uso de roupas limpas, da higiene oral após as refeições e da moderação ao comer e beber (Villa Prieto, 2013, p. 541).

Finalizada esta etapa, entravam os mestres-salas com as comidas, acompanhados por “menestriles, trompetas e tamborinos” (Gonzalo Chacón, 2010, p. 193) para iniciar o banquete. O prazer da comensalidade era estimulado tanto pela experiência auditiva, com a presença da música e da dança, quanto pela diversidade de iguarias e fartura de alimentos, proporcionando um deleite ao paladar. Afinal, “se maravillaron non menos de la ordenanza que en todo avia, que de la riqueza é abundancia de todas las cosas” (Gonzalo Chacón, 2010, p. 194). Muito provavelmente, a comida também foi apresentada de maneira imponente, proporcionando um prazer visual, já que a arte e a teatralidade influenciaram a culinária no século XV. Durante esse período, as apresentações gastronômicas eram elaboradas para impressionar os sentidos, com pratos dispostos de forma artística e espetacular, incorporando elementos esculturais, visuais e cenográficos que não apenas alimentavam, mas também encantavam os convidados (Castillo Cáceres, 1998, p. 279; Coronado Schwindt; Díaz Sammaroni, 2019, p. 24; Korsmeyer, 2002, p. 173).

O ritmo dessas festividades cavaleirescas prosseguia o mesmo todos os dias em que aquele séquito esteve hospedado em Escalona, como aponta o próprio cronista: “é tovieron mucha fiesta é outro dia por semejante” (Gonzalo Chacón, 2010, 194). Tal modelo festivo, que apresentava um protocolo que se repetia



também nas cortes de outras localidades, manifestava a superioridade do poder aristocrático. Após o banquete, o séquito se organizava para os torneios e as justas de cavalaria. Este era o momento de os cavaleiros exibirem sua habilidade e destreza no manejo das armas e de os capitães demonstrarem sua capacidade de comandar — ambas as funções da nobreza:

[...]os caballeros vinieron al torneo muy bien armados é guarnidos, [...] é fueronse á ferir los unos á los otros, como aquellos que estaban muy bien usados de lo facer, non solamente en fiestas é torneos, mas en campales batallas. [...] é los sus capitanes los gobernaban muy bien, deteniendolos donde era menester [...] (Gonzalo Chacón, 2010, p. 194).

Apesar da repetição de todas essas festividades, aspecto essencial da dimensão ritualística, os aristocratas rivalizavam entre si para promoverem as festas mais espetaculares, os banquetes mais opulentos, as celebrações mais marcantes e criativas (Martin Cea, 2010, p. 271). Gonzalo Chacón destaca a personalidade festejadora e imaginativa de seu biografado ao mencionar que “Fué muy inventivo é mucho dado á fallar invenciones, e sacar entremeses en fiestas, ó en justas, ó en guerra; en las quales invenciones muy agudamente significaba lo que queria” ou que “el Maestre era un grand señor, é assimismo era muy discreto é magnánimo, é por semejante era de su propia natural condición grand festexador, é grand inventor de nuevos é exquisitos modos de deportosos entremeses (2010, p. 182, 216). Nesse sentido, essas celebrações representavam ocasiões privilegiadas para a exibição de armaduras e trajes luxuosos, muitas vezes até extravagantes (Andrés Díaz, 1986, p. 84). Justas, duelos e torneios, elementos centrais das festividades cavaleirescas, exigiam investimentos consideráveis, transformando-se em grandiosos espetáculos tanto para os jogadores quanto para o público. Com o intuito de surpreender seus convidados durante um torneio noturno dentro da Sala Rica, Álvaro de Luna teria implementado um sistema engenhoso de iluminação artificial e suspensão, de modo que “parecia que fuesse muy claro dia”:

Otro dia ovieron otro torneo á pie en la sala rica de noche: los assentamientos estaban fechos altos para el Rey é la Reyna: é la claridad era tan grande de las achas por toda la sala, que parecia que fuesse muy claro dia; é porque las achas alumbrassen mejor, é non empachassen estádo baxas, estaban colgadas altas del cielo de la sala por unos filos de alambre, assi sotiles que las calaban á la larga, que parecia que en el ayre se tenian. Mucho fué bien ferido



el torneo de aquellos caballeros, é mucho trabajaron los unos é los otros: á la fin el Rey los mandó despartir. E otro día siguiente los caballeros que tenian cuidado de las justas, mantovieron é salieron á la justa muchos caballeros muy ricamente guarnidos, sacando sus novedades é invenciones, segund lo que facía al caso de cada uno. Ovo en aquesta justa muchas lanzas rompidas é de muy buenos encuentros. Cada día de los que alli estovo el Rey ovo diversas fiestas, é fué servido de diversas maneras é cirimonias (Gonzalo Chacón, 2010, p. 194-195).

O domínio tanto estético quanto técnico dessa ocasião proporcionou aos presentes uma intensa experiência sensorial, acentuada pela ilusão impressionante de objetos que pareciam flutuar no ar. Embora suspensos sobre as cabeças de todos os participantes, tais objetos estariam especialmente próximos àqueles acomodados nos assentos elevados — reservados, conforme o rigoroso cerimonial, ao rei e à rainha. Todo o fascínio provocado pela monumentalidade e pela engenhosidade daquele evento, que contava com a presença do *primus inter pares*, despertou ainda mais a criatividade e o apreço pela excentricidade nos trajes dos cavaleiros durante os torneios. O desejo desses participantes de prolongar as festividades nos dias seguintes foi um claro indicativo do sucesso daqueles dias de entretenimento proporcionado pelo Condestável.

As celebrações de 1448 encerram-se com os aristocratas partindo de Escalona muito alegres e satisfeitos, enaltecendo Álvaro de Luna pela excelência de seus feitos (Gonzalo Chacón, 2010, p. 195). Tais festas, imbuídas de um código cavaleiresco, constituíam o cenário ideal para ostentação da aparência, das roupas, das joias, das armas, dos cavalos e de outros bens que simbolizavam o status social da aristocracia. Transmitia-se, assim, uma mensagem de superioridade social, política e militar, acompanhada da exibição dos valores e modos de vida regrados pela etiqueta aristocrática (Ansejo González, 2013, p. 57-58). Nesse sentido, essa festa refletia tanto um modelo de realidade — a concepção cultural que a comunidade tinha de si mesma —, quanto um modelo para a realidade — isto é, a forma como a aristocracia acreditava que deveria ser. Ambos os modelos, portanto, fortaleciam a sensação de pertencimento a uma ordem social e sacralizavam tal preeminência aristocrática em relação às ordens inferiores (Andrés Díaz, 1986, p. 81, 106).

## CONCLUSÃO

Embora as crônicas medievais fossem produzidas com uma evidente intencionalidade política – enaltecer os biografados –, as descrições que oferecem do cotidiano dos personagens, dos conflitos, da formação dos bandos e das festividades – com destaque para seus protocolos e repetições –, nos permitem compreender o modelo sensorial e festivo do período. Não se trata aqui averiguar a veracidade de todos os fatos relatados; mas de identificar o ideal referenciado pelo cronista para exaltar Álvaro de Luna e, por extensão, a própria aristocracia. Segundo o relato de Gonzalo Chacón, Álvaro de Luna, que já acumulava títulos e um vasto patrimônio ao longo de sua privança ao lado de Juan II, é sempre descrito como uma figura imponente, festejadora, amante das artes e do bem comum. Contudo, como aristocrata, ele não festejava sozinho muito menos governava de forma monopolista; assim como o rei, estava sempre rodeado por “hijos de grandes omes”.

Vimos também que o patrimônio do Condestável, as riquezas, o prestígio dentro e fora do grupo aristocrático, bem como a ideologia das três ordens, se materializavam na realização repetitiva de festas e na mobilização dos sentidos. A cerimônia de entrada na vila, uma espécie de procissão em homenagem ao rei e a corte portuguesa, já trazia em si um elemento de sacralidade que não se restringia a Juan II, mas se estendia aos convidados e, sobretudo, ao anfitrião. A textura, a maciez e o brilho dos tecidos que revestiam paredes e salões; os trajes dos cavaleiros, “bien guarnidos”; o esplendor tátil e visual de armaduras, dos cavalos, das armas e baixelas; o aroma e frescor do palácio, mesmo durante períodos de calor; o som dos instrumentos musicais durante os bailes, as entradas e os banquetes, as brincadeiras teatrais naquele palácio de Escalona – tudo isso compunha uma experiência sensorial cuidadosamente orquestrada para evidenciar a opulência e a magnificência da aristocracia. A responsabilidade de zelar o bem comum, sobretudo em direção à salvação, era o que justamente permitia a esses aristocratas a fruição das melhores festas e experiências.

## REFERÊNCIAS

AGUILLAR PERDOMO, María del Rosario. Espesuras y teximientos de jazmines: los jardines en los libros de caballerias espanoles, entre lo medieval y lo renacentista. *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, Santa Barbara, v. 16, p. 195-220, 2010.

ANDRÉS DIAZ, Rosana de. Las fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara. *En la España Medieval*, Madrid, v. 8, p. 81-107, 1986. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM8686120081A/24397>.

ASENJO GONZÁLEZ, María. Fiestas y celebraciones en las ciudades castellanas de la Baja Edad Media. *Edad Media: Revista de Historia*, Valladolid, n. 14, p. 35-61, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4203867>.

AURELL, Jaume. El nuevo medievalismo y la interpretación de los textos históricos. *Hispania*, Madrid, v. 66, n. 224, p. 809-832, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.3989/hispania.2006.v66.i224.21>

AURELL, Jaume; AURELL, Martin. Introduction. In: AURELL, Jaume; HERRERO, Montserrat; STOUT, Angela C. Miceli (ed.). *Medieval and Early Modern Political Theology Historical and Theoretical Perspectives*. Turnhout: Brepols, 2017. p. 9-20. Discourses, rites, and representations 1. DOI: <https://doi.org/10.1484/M.MEMPT-EB.5.111243>.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 1982.

BECEIRO PITA, Isabel. Argumentos ideológicos de la oposición nobiliaria bajo los Trastámaras. *Cahiers de Linguistique et de Civilisation Hispaniques Médiévales*, [Paris], n. 25, p. 211-236, 2002. DOI: <https://doi.org/10.3406/cehm.2002.1238>.

BECEIRO PITA, Isabel. Los cambios en el discurso político de la nobleza castellana durante la baja Edad Media. *Cahiers D'Études Romanes*, [Paris], v. 4, p. 45-62, 2000. DOI: <https://doi.org/10.4000/etudesromanes.3222>.

BELENGUER, Ernest. *Los Trastámara. El primer linaje real de poder político en España*. Barcelona: Pasado & Presente, 2019.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BORGOGNONI, Ezequiel. *El otoño de la Edad Media en Castilla y Aragón*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2018.

CARCELLER CERVIÑO, María del Pilar. Álvaro de Luna, Juan Pacheco y Beltrán de la Cueva: un estudio comparativo del privado regio a fines de la Edad Media. *En la España Medieval*, Madrid, v. 32, p. 85-112, 2009. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0909110085A>.

CARRASCO GARCÍA, Gonzálo. Ritual político, antropología e historiografía bajomedieval hispánica. *Espacio Tiempo y Forma*. Madrid, n. 30, p. 121–191, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5944/etfiii.30.2017.18758>.

CARRILLO DE HUETE, Pedro; BARRIENTOS, Lope de. **Crónica del Halconero de Juan II**. Editado por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

CASSIRER, Ernst. *The Philosophy of Symbolic Forms*: volume two: mythical thought. New Haven: Yale University Press, 1955.

CASTILLO CÁCERES, Fernando. El Castillo-Palacio de Escalona, corte y escenario de poder de Álvaro de Luna. In: BARRIO BARRIO, Juan Antonio, CABEZUELO PLIEGO José Vicente (coord.). *La fortaleza medieval: realidad y símbolo: actas*. Alicante: Universidad de Alicante, 1998, p. 267-279.

COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES FAUAZ, Armando (ed.). *La Edad Media en perspectiva latinoamericana*. Heredia: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2018. p. 133-150.

CORONADO SCHWINDT, Gisela, PALAZZO, Éric; RODRÍGUEZ, Gerardo. Escuchar, oír, hablar: sonidos, palabras, voces e instrumentos de la Edad Media. In: RODRÍGUEZ, Gerardo, PALAZZO, Éric; CORONADO SCHWINDT, Gisela (dir.). *Paisajes sonoros medievales*. Mar del Plata: Grupo de Investigación y Estudios Medievales: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2019. p. 1-14.

CORONADO SCHWINDT, Gisela; DÍAZ SAMMARONI, Martina. Los cinco sentidos en escena. *Arqueología, Historia y Viajes Sobre el Mundo Medieval*, [s. n.], n. 70, p. 20-27, 2019.

DÍAZ SAMMARONI, Martina. El modelo sensorial festivo de Juan II de Castilla (1406- 1454). *Mirabilia*, Barcelona, n. 29, p. 174-198, 2019. Disponible em: <https://www.raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/360927>

DIAZ SAMMARONI, Martina. Las fiestas castellanas bajomedievales: el caso del Don Miguel Lucas de Iranzo. In: BORGOGNONI, Ezequiel; RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel. *Hispania-Espanha-Espanas: Diálogos y dinámicas históricas en el mundo hispánico*. España: C.A.B.A.: Fundación para la Historia de España, 2020. p.153-193.

DOMÍNGUEZ RUIZ, Ana Lidia y ZIRIÓN QUIJANO, Antonio. Introducción al estudio de los sentidos. In: DOMÍNGUEZ RUIZ, Ana Lidia; ZIRIÓN QUIJANO, Antonio (coord.). *La dimensión sensorial de la cultura: Diez contribuciones al estudio de los sentidos en México*. México: Ediciones del Lirio, 2017. p. 9-34.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FORONDA, François. Álvaro de Luna ¿El privado incomparable? In: PÉREZ MONZÓN, Olga; MIQUEL JUAN, Matilde; MARTÍN GIL, María (dir.). *Retórica artística en el tardogótico Castellano: la capilla fúnebre de Álvaro de Luna en contexto*. Madrid: Sílex, 2018. p. 39-50.

FRANCO SILVA, Alfonso. La villa toledana de Escalona. De Don Alvaro de Luna a los Pacheco. *Estudios de Historia y Arqueología Medievales*, [s. l.], v. 10, p. 47-82, 1994.

FUNES, Leonardo. Las Crónicas como Objeto de Estudio. *Revista de Poética Medieval*, Alcalá de Henares, v. 1, p. 123-144, 1997.

GARCÍA-ANTEZANA, J. Un aspecto estilístico de la oración concesiva en la Crónica de don Alvaro de Luna. *Boletín de la Real Academia Española*, [Madrid], v. 27, p. 499- 510, 1967.

GENTILE, Emilio. *Politics as Religion*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GIBELLO BRAVO, Víctor M. *La imagen de la nobleza castellana en la Baja Edad Media*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 1999.

GOMES, Rita Costa. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Algés: DIFEL, 1995.

GOMES, Rita Costa. Cerimônias da realeza nos fins da Idade Média: a propósito de um livro recente. *Penélope*, [s. n.], n. 14, p. 129-136, 1994. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2685353>

GONZÁLEZ DELGADO, Ramiro. Tradición clásica y doble autoría en la Crónica de don Álvaro de Luna. *Bulletin hispanique*, Bordeaux, n. 114-2, p. 839-851, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/bulletinhispanique.2211>

GONZALO CHACÓN. *Crónica de D. Álvaro de Luna, Condestable de los Reynos de Castilla y Leon*. MIGUEL DE FLORES, Josef. Copia digital. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. En Madrid: en la imprenta de D. Antonio de Sancha, 1784.

HOWES, David. El creciente campo de los Estudios Sensoriales. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, [s. l.], v. 6, n. 15, p. 10-26, 2014.

KORSMEYER, Carolyn. *El sentido del gusto: Comida, estética y filosofía*. Barcelona: Paidós, 2002.

LARREA KILLINGER, Cristina. *La cultura de los olores: una aproximación a la antropología de los sentidos*. Quito: Abya-Yala, 1997.

LÓPEZ GÓMEZ, Óscar. De la excelsitud a la rebelión: Álvaro de Luna y Escalona (1424-1453). In: LÓPEZ GÓMEZ, Óscar (coord). *Don Álvaro de Luna y Escalona. Poder, propaganda y memoria histórica en el otoño de la Edad Media*. Escalona: Ayuntamiento de Escalona, 2013. p. 9-70.

MARTIN CEA, Juan Carlos. Entre platos, copas y manteles: usos y costumbres sociales en torno a las comidas en la Castilla Bajomedieval. In: MARTIN CEA, Juan Carlos. *Convivir en La Edad Media*. Burgos: Editorial Dossoles, 2010. p. 254-282.

MIRANDA, Lidia Raquel; RODRÍGUEZ, Gerardo Fabián. La sensorialidad de los vergeles medievales. *Antíteses*, Londrina, v. 16, n. 32, p. 216-246, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2023v16n32p216-246>

MONSALVO ANTÓN, José Maria. Poder y cultura en la Castilla de Juan II: ambientes cortesanos, humanismo autóctono y discursos políticos. In: RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, Luis E; POLO RODRÍGUEZ, Juan Luis (ed.). *Salamanca y su universidad en el primer renascimento, siglo XV*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011. p. 15-91. Miscelánea Alfonso IX.

MOORE, Sally; MYERHOFF, Barbara G. Introduction. Secular Ritual: forms and meanings. In: MOORE, Sally; MYERHOFF, Barbara (ed.). *Secular Ritual*. Assen y Amsterdam: Van Gorcum, 1977. p. 3-35.



MORALES MUÑIZ, María Dolores Carmen Morales. Los animales en el mundo medieval cristiano-occidental: Actitud y mentalidad. *Espacio Tiempo y Forma*, Madrid, n. 11, p. 307-329, 1998. DOI: <https://doi.org/10.5944/etfiii.11.1998.3620>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 10., 1996, Ouro Preto. *Anais [...]*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996. p. 92-100.

NARBONA VIZCAÍNO, Rafael. *La ciudad y la fiesta: cultura de la representación en la sociedad medieval (siglos XIII-XV)*. Madrid: Editorial Síntesis, 2017.

NEUHAUSER, Richard. Introduction: the sensual middleages. In: NEUHAUSER, Richard (ed.). *A cultural history of the senses in the middle ages*. Londres: Bloombury, 2014. p. 1-22. DOI: <https://doi.org/10.5040/9781474233156.0006>

NIETO SORIA, José Manuel. *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.

REMOND, René. Uma história do presente. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 13-36.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de História e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 97-137.

RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RODRÍGUEZ, Gerardo. Sentidos. *Arqueología, historia y viajes sobre el mundo medieval*, n. 71, p. 42-49, 2019.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 67-101.

VÉLEZ SÁINZ, Julio. *De amor, de honor e de donas: mujer e ideales cortesés en la Castilla de Juan II (1406-1454)*. Madrid: Editorial Complutense, 2013.

VÉLEZ-SAINZ, Julio. Mecenazgo y Representación: Imágenes de Álvaro de Luna en el “Libro de las virtuosas e claras mugeres,” el castillo de Escalona y la Catedral de Toledo. *Hispanic Review*, Baltimore, v. 80, n. 2, p. 175-198, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1353/hir.2012.0018>

VILLA PRIETO, J. *La educación nobiliaria en la tratadística bajomedieval castellana: aspectos teóricos*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2013.



VILLASEÑOR SEBASTIÁN, Fernando. La mejor labrada e mejor casa y más notable, rica e maravillosa capilla que había en toda España: desarrollo artístico y arquitectónico em Castilla en tiempos de don Álvaro de Luna. *In: LÓPEZ GÓMEZ, Óscar (coord.). Don Álvaro de Luna y Escalona: poder, propaganda y memoria histórica en el otoño de la Edad Media*. Escalona: Ayuntamiento de Escalona, 2003. p. 129-169.

VILLASEÑOR SEBASTIÁN, Fernando. Muchas copas de oro con muchas piedras preçiosas: joyas, lujo y magnificencia en la Castilla de don Álvaro de Luna. *Anales de Historia del Arte*, Madrid, v. 24, p. 611-628, 2014. Número especial. DOI: [https://doi.org/10.5209/rev\\_ANHA.2014.48297](https://doi.org/10.5209/rev_ANHA.2014.48297)

WOOLGAR, Chris. The social life of the senses: experiencing the self, others and enviroment”. *In: NEWHAUSER, Richard. A cultural story of the senses in the Middle Ages*. Londres: Bloomsbury, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5040/9781474233156.ch-001>

## NOTAS

- <sup>1</sup> Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB). Professora titular no curso de Licenciatura em História no Centro Universitário de Brasília (UniCeub). **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9127-1591> **E-mail:** [scarlettdantas@gmail.com](mailto:scarlettdantas@gmail.com)
- <sup>2</sup> Título vinculado ao comando supremo militar derivado do ofício de alferez e criado, em Castela, em 1382, por Juan I. Em caso de ausência régia, era o condestável quem o representava.
- <sup>3</sup> Um entremés pode ter dois significados dos documentos do final da Idade Média: uma peça cômica de apenas um ato, frequentemente apresentada durante os banquetes cortesãos; ou um prato servido entre os outros durante um banquete, com alimentos ilusórios e exibições cênicas comestíveis. Ambos os casos se alinham aos costumes de Álvaro de Luna, como veremos mais adiante.